



SENAR/MS

SISTEMA FAMASUL | MATO GROSSO DO SUL

ANEXO 16 – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/2018

MINUTA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL – SENAR-AR/MS E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX PARA A EXECUÇÃO DA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DO SENAR-AR/MS.

O **Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Mato Grosso do Sul** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.253.881/0001-03, estabelecida na Rua Marcino dos Santos, nº 401, Chácara Cachoeira II, em Campo Grande/MS, neste ato representado, conforme Portaria nº 011/17/PRES.CA, pelo Superintendente, Sr. Lucas Galvan, brasileiro, portador do RG nº 33.430.987-6 SSP/SP e CPF nº 996.035.431-87, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado **SENAR-AR/MS**, e a empresa....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº....., com sede na, neste ato representada por....., portador do RG nº..... e do CPF nº, doravante denominada **CONTRATADA**, decorrente do resultado da licitação na modalidade **Concorrência nº xxx/2018**, que será regulada pelos dispositivos da Resolução nº 0021/CD, de 15/02/2006, alterada pela Resolução nº 033/CD, de 28/06/2011 (DOU 29/06/2011) do SENAR, resolvem celebrar entre si o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada em obras e serviços de engenharia para a execução da reforma e ampliação do prédio do **SENAR-AR/MS**.

1.1.1. O prédio localiza-se em terreno urbano, com área total de **1.050,35 m² (hum mil e cinquenta metros quadrados e trinta e cinco centímetros quadrados)**, situado à Rua Dr. Eduardo Machado Metelo, 337, Bairro Chácara Cachoeira II, CEP: 79040-830, Campo Grande,



SENAR/MS

SISTEMA FAMASUL | MATO GROSSO DO SUL

MS, tendo o conjunto edificado do centro uma área construída total de **916,58 m² (novecentos e dezesseis mil metros quadrados e cinquenta e oito centímetros quadrados)** compreendendo os Pavimentos Superior e Inferior.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS

2.1. Integra este CONTRATO os documentos a seguir discriminados, cujo inteiro teor as partes declaram ter conhecimento e aceitam, independentemente de sua anexação ou transcrição:

- a)** Edital nº xxx/2018 e ANEXOS da CONCORRÊNCIA nº xxx/2018, inclusive Termo de Referência – ANEXO I;
- b)** Documentos de Habilitação;
- c)** Proposta de Preços da **CONTRATADA**;
- d)** Demais elementos integrantes do procedimento licitatório.

2.2. Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a este CONTRATO, definirem a sua extensão, e desta forma, reger sua adequada execução, independentemente de transcrição.

2.3. O presente CONTRATO, tem-se por instruído com as certidões de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal e Previdência Social (INSS), Fazenda Estadual e Municipal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho (CNDT – TST) da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DAS FONTES DE RECURSO

3.1. O valor global deste CONTRATO é de **R\$ ----- (-----)**.

3.2. As despesas com a contratação correrão por conta dos recursos previstos no orçamento anual do **SENAR-AR/MS**, por conta do(s) seguinte(s) **CÓDIGO(S) ORÇAMENTÁRIO(S): 8701 e 8729**.

3.3. O valor contratado poderá sofrer acréscimos em até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 30 do Regulamento de Licitações e Contratos RLC do SENAR.

3.4. O **SENAR-AR/MS** se reserva o direito de, a seu critério exclusivo, não utilizar da totalidade dos recursos previsto nesta cláusula, não cabendo à **CONTRATADA** o direito de pleitear qualquer tipo de reparação.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência do CONTRATO será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura.

4.2. Todas as alterações contratuais por acordo entre as partes, desde que justificadas e as decorrentes de necessidade de prorrogação ou alterações de preço e/ou prazo deverão ser formalizadas por meio de **TERMO ADITIVO**, desde que observados os motivos de



conveniência e oportunidade, hipóteses legais previstas no RLC do SENAR

4.2. Na hipótese de o prazo da execução do conjunto de obras e reformas exceder ao período de 12 (doze) meses e caso esse atraso não seja atribuído a **CONTRATADA**, este contrato poderá ser reajustado pelo Índice Nacional de Custo da Construção do Mercado (INCC-M), mediante solicitação por escrito da **CONTRATADA**, acompanhada de justificativa e demonstração da variação do custo de produção no período.

4.3. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.

4.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajuste do preço do valor remanescente do contrato.

4.5. Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar a memória de cálculo referente ao reajuste do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA DOS SERVIÇOS E DA OBRA

5.1. A **CONTRATADA** deverá apresentar ao **SENAR-AR/MS**, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato**, a prestação de garantia, no percentual de **10% (dez por cento) do valor contratado**, que poderá ser prestada nas seguintes modalidades: Caução em dinheiro, Seguro-garantia, Fiança bancária.

5.1.1. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato

b) Multas punitivas aplicadas pela fiscalização a **CONTRATADA**.

c) Prejuízos diretos causados ao **SENAR-AR/MS** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

d) Obrigações previdenciárias e trabalhistas de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela **CONTRATADA**, quando couber.

5.1.2. O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período a critério do **SENAR-AR/MS**, desde que devidamente motivada pela **CONTRATADA**.

5.2. Não será aceita a prestação de garantia que não cubra todos os riscos ou prejuízos eventualmente decorrentes da execução do contrato, tais como a responsabilidade por multas e obrigações trabalhistas, previdenciárias ou sociais.

5.3. No caso de **caução em dinheiro**, o depósito deverá ser efetuado no Banco do Brasil em conta a ser indicada pelo **SENAR-AR/MS** e a crédito do contratante.



SENAR/MS

SISTEMA FAMASUL | MATO GROSSO DO SUL

5.4. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

5.5. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante a vigência do contrato.

5.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

5.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

5.8. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pelo **SENAR-AR/MS**, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da **CONTRATADA**, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 07 (sete) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.

5.9. A prestação de garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato, ou seja, até a data de recebimento definitivo da obra/reforma.

5.10. Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da **CONTRATADA**, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando se tratar de depósito (caução) em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos ao **SENAR-AR/MS**.

5.11. Conforme dispõe o Art. 618 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de janeiro de 2002) o prazo da garantia da obra é de 05 (cinco) anos, contados de seu recebimento definitivo pelo **SENAR-AR/MS**, período em que a **CONTRATADA** responderá perante estas por eventuais problemas apresentados relativos à solidez e segurança dos trabalhos realizados, tanto em razão dos materiais como solo e subsolo.

5.11.1. A garantia deverá ser emitida e documentada por meio de Termo de Garantia vinculada à ART – Anotação de Responsabilidade Técnica devidamente registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA.

5.11.2. Durante todo o período de garantia da obra, a **CONTRATADA** deverá atender aos chamados do **SENAR-AR/MS** no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da comunicação oficial.

5.12. O **SENAR-AR/MS** executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES



SENAR/MS

SISTEMA FAMASUL | MATO GROSSO DO SUL

6.1. Constituem obrigações do **SENAR-AR/MS**, além das demais previstas neste contrato ou dele decorrentes:

6.1.1. Fornecer área adequada para implantação do Canteiro de Obra da **CONTRATADA**, de modo a garantir a fiel execução do conjunto de obras e reformas.

6.1.2. Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a substituição, a alteração e/ou refazimento dos serviços não aprovados pela fiscalização do **SENAR-AR/MS**.

6.1.3. Fornecer as plantas, desenhos e projetos necessários à perfeita compreensão dos serviços e especificações técnicas a eles relacionadas.

6.1.4. Fornecer à **CONTRATADA** toda e qualquer informação técnica necessária ao desenvolvimento dos trabalhos objeto da contratação.

6.1.5. Notificar, imediatamente, a **CONTRATADA** sobre qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços informando, por escrito e formalmente, o prazo para sua correção.

6.1.6. Efetuar as medições previstas e os pagamentos devidos nas condições estabelecidas no edital e pactuadas neste contrato desde que cumpridas todas as formalidades e exigências legais e aplicáveis.

6.1.7. Acompanhar, fiscalizar e conferir todos os serviços prestados e etapas executadas pela **CONTRATADA**, disponibilizando profissional habilitado tecnicamente para a função.

6.1.8. Solicitar por amostragem a comprovação mensal do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da **CONTRATADA** que efetivamente participarem da execução deste contrato.

6.1.9. Cabe à Administração Regional do **SENAR-AR/MS** exercer as ações de fiscalização no local de execução do conjunto de obras e serviços, em tempo integral, por profissional habilitado e devidamente designado.

6.2. Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além das demais previstas neste contrato ou dele decorrentes:

6.2.1. Apresentar o comprovante de depósito e pagamento dos salários de seus empregados temporários quando estes estiverem prestando serviços em substituição aos efetivos

6.2.1.1. Providenciar para todos os empregados, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do início da prestação dos serviços, cartão cidadão equivalente, que possibilite a consulta e recebimento dos benefícios sociais, expedido por órgão/entidade federal responsável.

6.2.1.2. Providenciar, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do início da prestação dos serviços, junto ao INSS, senha para todos os empregados com o objetivo de acessar o Extrato de Informações Previdenciárias pela internet.

6.2.1.3. Apresentar, sempre que solicitado pelo **SENAR-AR/MS**, os comprovantes dos seguintes documentos: declaração de responsabilidade exclusiva sobre a quitação dos encargos trabalhista e sociais decorrentes deste contrato, pagamento de salários e benefícios



dos empregados, recolhimento dos encargos sociais e, com objetivo de comprovar situação de regularidade junto ao Ministério do Trabalho – Delegacia Regional do Trabalho, recibos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, nos termos da Lei nº 4.923 de 23 de dezembro de 1965 (Institui Cadastro Permanente das Admissões e Dispensas de Empregados, Estabelece Medidas Contra o Desemprego e de Assistência aos Desempregados, e dá outras Providências), bem como cópia da carteira de trabalho e previdência social dos empregados admitidos no período, documentação rescisória completa e recibos de pagamento dos empregados demitidos no período.

6.2.1.4. A **CONTRATADA** deverá cumprir o Acordo Coletivo, Convenção Coletiva ou equivalente relativa a categoria profissional que abrange este contrato, bem como a legislação em vigor.

6.3. Nomear preposto para, durante todo o período de vigência, representá-lo na execução do contrato.

6.3.1. Executar a totalidade dos serviços descritos no projeto básico, nas especificações técnicas, planilhas e demais projetos, obedecendo rigorosamente o disposto acerca dos elementos constantes dos anexos do edital.

6.3.2. Acatar todas as normas da legislação federal, estadual e municipal que sejam relacionadas com a execução do objeto contratual, responsabilizando-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que eventualmente der causa.

6.3.3. Manter os locais de trabalho continuamente limpos, desobstruídos e sinalizados, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental.

6.3.4. Assegurar livre acesso e trânsito no canteiro de obras, bem como permitir visitas e fornecer informações ao Agente Fiscalizador, técnicos, projetistas ou membros autorizados do **SENAR-AR/MS**, ou aos contratados por ele, e que estiverem previamente credenciados.

6.3.5. Permitir e facilitar ao **SENAR-AR/MS** o levantamento físico da força de trabalho da **CONTRATADA** e de seus subcontratados, pertencendo ao **SENAR-AR/MS**, para todos os efeitos, as informações coletadas e os resultados apurados.

6.3.6. Obedecer, rigorosamente, na execução do objeto contratual, às normas disciplinares, procedimentos e normas de segurança do **SENAR-AR/MS**, podendo ser exigido o afastamento daqueles funcionários da **CONTRATADA**, cuja conduta, a critério do **SENAR-AR/MS**, seja considerada inconveniente.

6.3.7. Não divulgar nem permitir que seus prepostos e empregados divulguem dados ou informações a que venham ter acesso, referentes às obras e serviços realizados, salvo se expressamente autorizadas pelo **SENAR-AR/MS**.

6.3.8. Alocar aos serviços toda a mão-de-obra qualificada e direção administrativa, bem como equipamentos, ferramentas, instrumentos pessoais e equipamentos de segurança individual



SENAR/MS

SISTEMA FAMASUL | MATO GROSSO DO SUL

(EPI), necessários à execução do objeto contratual, em perfeitas condições de uso, reservando-se ao **SENAR-AR/MS** o direito de solicitar a substituição daqueles que julgar inadequados.

6.3.9. Utilizar nas obras e serviços materiais de boa qualidade, reservando-se ao **SENAR-AR/MS** o direito de exigir a realização de ensaios que julgar necessários, rejeitando aqueles comprovadamente de má qualidade ou inadequados, correndo à conta da **CONTRATADA** todas as despesas consequentes.

6.3.10. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, bem como pelas despesas com transporte e alimentação de seus empregados, nos termos da legislação vigente.

6.3.11. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados e prepostos, bem como de ações judiciais decorrentes do cumprimento do contrato.

6.3.12. Atender prontamente as determinações da Fiscalização do **SENAR-AR/MS**, provendo as facilidades para o pleno desempenho de suas atribuições.

6.3.13. Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por autoridades federais, estaduais e municipais em consequência de fato a ela imputável e relacionado com os serviços contratados.

6.3.14. Executar os serviços dentro do prazo contratado.

6.3.15. Manter atualizada a documentação apresentada para contratação, devendo informar ao **SENAR-AR/MS**, imediata e formalmente, caso ocorra a impossibilidade de renovação ou apresentação de qualquer desses documentos ou eventuais alterações que forem efetuadas em seu contrato social ou documentações pertinentes.

6.3.16. Emitir Nota Fiscal, na forma prevista e pagar, nos respectivos vencimentos, os tributos devidos, assumindo, com exclusividade e integralmente, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto do contrato.

6.3.17. Proceder às devidas regularizações e registros da responsabilidade técnica dos serviços objeto da contratação através do registro de ART – Anotação de Responsabilidade Técnica junto a CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

6.3.18. Entregar à fiscalização, no final da obra, antes do recebimento provisório, todos os projetos atualizados e cadastrados de acordo com a execução da obra (*“as built”*) em arquivos eletrônicos no formato DWG e PDF, além de 2 cópias em papel devidamente assinadas pelo responsável técnico da **CONTRATADA**.

6.4. É facultada a subcontratação parcial das obras e serviços contratados, condicionadas, obrigatoriamente, à autorização prévia e expressa do **SENAR-AR/MS** e à demonstração da



qualificação técnica necessária aos serviços subcontratados, devendo a ser entregue a fiscalização a listagem das empresas subcontratadas.

6.4.1. É de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, fazendo cumprir as obrigações contratuais previstas e correspondentes ao objeto da subcontratação.

6.4.2. Não poderá ser subcontratada empresa que tenha participado do procedimento licitatório.

6.5. São expressamente vedadas à **CONTRATADA**:

6.5.1. Utilizar o nome do **SENAR-AR/MS** para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com prévia e expressa autorização.

6.5.2. Contratar empregado pertencente ao quadro de pessoal do **SENAR-AR/MS**, durante a vigência deste contrato.

6.5.3. Subcontratar integralmente do objeto deste contrato.

CLÁUSULA SETIMA – DA FORMA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO, DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DO CONJUNTO DE OBRAS E SERVIÇOS E DO RECEBIMENTO DO CONJUNTO DE OBRAS E SERVIÇOS

7.1. O regime de execução dessa aquisição se dará por **EMPREITADA INDIRETA POR PREÇOS UNITÁRIOS**.

7.2. A execução do objeto deverá seguir estritamente o previsto no Projeto Básico e seus Anexos.

7.3. A **CONTRATADA** deverá designar formalmente um RESPONSÁVEL para exercer a fiscalização junto ao **SENAR-AR/MS** adotando as providências necessárias para a boa execução dos serviços ora contratados.

7.4. Caberá à **CONTRATADA** todo o planejamento e gestão da execução do conjunto de obras e serviços, nos seus aspectos administrativos e técnicos, conforme programação física específica para sua execução. Os documentos e registros relacionados às atividades de planejamento e gestão deverão compor a memória técnica da obra e o processo da contratação, devendo permanecer no canteiro de obras durante toda a sua execução para consulta pela fiscalização e serem disponibilizados ao **SENAR-AR/MS**, após sua conclusão.

7.4.1. A **CONTRATADA** obriga-se a dar início à execução do conjunto de obras e serviços, **em até 10 (dez) dias corridos**, a contar da data de assinatura do contrato, sob pena de aplicação de sanções contratuais.

7.4.2. O início da execução do objeto está condicionado à apresentação da respectiva ART - Anotação de Responsabilidade Técnica e/ou RRT – Registro de Responsabilidade Técnica dos serviços objeto desta licitação. A apresentação da ART/RRT deve ser feita em até 10 (dez)



dias corridos após a assinatura do contrato, podendo ser aplicada multa em caso de atraso não justificado.

7.5. Antes do início dos trabalhos a **CONTRATADA** deverá elaborar e apresentar ao **SENAR-AR/MS** o Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção – PCMAT.

7.5.1. Após o aceite e aprovação do PCMAT, a **CONTRATADA** deverá apresentar à Delegacia Regional do Trabalho as informações pertinentes à sua identificação e ao objeto do contrato, bem como o PCMAT aprovado, em conformidade com a Portaria Nº 4/95 da Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho e modificações posteriores, fornecendo ao **SENAR-AR/MS** os devidos protocolos e comprovantes de entrega das documentações.

7.6. A abertura do Livro de Ocorrências da Obra deve ser realizada em até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato, podendo ser aplicada multa em caso de descumprimento dessa providência, por motivo não justificado.

7.7. A **CONTRATADA** colocará na direção geral das obras e serviços, na parte que lhe compete, profissional com curso superior na área de engenharia civil, registrado no CREA, devidamente habilitado, que será seu responsável, na forma da legislação vigente, devendo esse profissional permanecer no canteiro de obras durante os períodos de trabalho.

7.8. Os encarregados da obra serão pessoas de experiência, capacidade técnica e idoneidade moral e nela deverão permanecer durante as horas de trabalho, além de estarem habilitados a prestar esclarecimentos, sempre que solicitados pelo **SENAR-AR/MS**.

7.9. A **CONTRATADA** deve informar ao **SENAR-AR/MS** eventual substituição de qualquer pessoal da equipe responsável pela execução do objeto contratado.

7.10. Os custos de mobilização e desmobilização de pessoal, máquinas e equipamentos e das instalações do canteiro de obras e serviços, bem como da construção de instalações permanentes e/ou provisórias, é de total responsabilidade da **CONTRATADA**.

7.11. Caberá à **CONTRATADA**, desde o início até o recebimento definitivo do conjunto de obras e serviços a ela homologado:

7.11.1. A manutenção e segurança de todas as obras e serviços localizados no canteiro, sob sua responsabilidade, inclusive as executadas por terceiros, desde que concluídas ou paralisadas, correndo assim, à sua conta, as mesmas, ressaltando-se os danos comprovadamente causados pelos ocupantes.

7.11.2. A execução de proteção, sinalização, s, fechamento de áreas internas de circulação, quando necessário, fechamento com lonas plásticas e vedação para não propagação de poeira por ambientes distintos ou que estejam em uso, visando delimitar a área destinada a execução de obra, considerando-se que o prédio não estará totalmente desocupado.



7.12. A CONTRATADA responderá por condições de higiene e saúde de seu pessoal, quanto a alojamentos provisórios, bem como por refeições, quando por ela fornecidas, conforme Portaria nº 3.214/78, do Ministério do Trabalho e suas modificações.

7.13. Durante a execução dos serviços deverão ser preservadas as condições ambientais fazendo-se cumprir os procedimentos necessários para o menor impacto possível (se necessário for).

7.13.1. A responsabilidade direta ou indireta por danos causados ao meio ambiente ou a terceiros é da exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**.

7.13.2. Durante o desenrolar das obras deverá ser evitado o tráfego desnecessário de equipamentos ou veículos por terrenos naturais, de modo a evitar a sua desfiguração (se for o caso).

7.13.3. O canteiro de obras deverá respeitar as normas ambientais vigentes; deverá ser equipado com banheiros químicos, que impedirão o lançamento de dejetos em cursos d'água, evitando sua poluição. O espaço destinado às refeições deverá ser protegido de agressões solares e precipitações, lançando-se mão de toldos ou de outros tipos de coberturas.

7.14. Caberá à **CONTRATADA** a permanente limpeza dos locais de execução de obras e serviços e retirada semanal, no mínimo, de entulhos durante a sua execução.

7.14.1. Após a conclusão da obra e serviços a **CONTRATADA** deverá remover todo equipamento utilizado, o material excedente, o barracão e escritório de obras, os entulhos e as obras provisórias, entregando os serviços, o local e as áreas contíguas livres e limpas, e em condições de uso imediato.

7.15. A **CONTRATADA** fornecerá e utilizará equipamentos adequados a execução do objeto. O transporte, a guarda e manutenção dos equipamentos são de sua exclusiva responsabilidade e ônus.

7.16. Os ensaios e testes previstos pelas Normas Brasileiras e/ou pelas especificações técnicas exigidas e recomendadas para a realização ou aprovação de serviços, procedimentos ou operações durante as obras, deverão ser realizados por empresas especializadas e disponibilizadas para registro, validação e aprovação pelo **SENAR-AR/MS**. Esses ensaios ficarão a cargo da **CONTRATADA**, não sendo objeto de remuneração específica, estando estes custos incluídos nos preços propostos para o serviço, sendo que a não realização dos ensaios e/ou testes, quando necessários ou solicitados pela fiscalização do **SENAR-AR/MS**, propiciará, além da aplicação das sanções cabíveis, a suspensão da medição dos serviços correspondentes.

7.17. A **CONTRATADA** deverá, às suas custas, realizar o devido registro fotográfico das etapas e dos elementos, ocorrências e ações representativas da obra, com inserção das



respectivas datas dos registros. Tais informações deverão estar constantemente disponíveis para a fiscalização e, ao final da obra, ser entregue em meio digital (formato “jpg” ou similar) para o **SENAR-AR/MS** compor o processo e a memória técnica da execução do objeto contratado.

7.18. Os materiais, objetos ou quaisquer descobertas no local das obras e serviços, que possam apresentar interesse científico, mineralógico ou arqueológico deverão ser alvo de imediata comunicação à fiscalização do **SENAR-AR/MS** para as providências de ordem legal.

7.19. O uso, devido ou não, na execução das obras e serviços de marcas e patentes sujeitas a "royalties" ou outros encargos semelhantes, obrigará, exclusivamente, à **CONTRATADA**.

7.20. Na execução do objeto deverão ser observadas, de modo geral, as Especificações, Posturas, Normas Técnicas, Leis e Regulamentos vigentes em todo o território nacional, bem como será necessário possuir e/ou observar, independente de exigência expressa neste instrumento ou seus anexos, as licenças, alvarás e/ou certificados necessários à fabricação, comercialização, distribuição, fornecimento e/ou prestação de serviços relacionados a qualquer dos materiais envolvidos no objeto licitado, incluindo, mas não se limitando, as expedidas pelos órgãos fiscalizadores, agências de regulação, institutos de metrologia, órgãos de controle ambiental.

7.21. DO PRAZO DE EXECUÇÃO

7.21.1. O prazo máximo para execução da totalidade do conjunto de obras e serviços será de 06 (seis) meses, contados a partir da data de início dos serviços.

7.21.2. Qualquer serviço a ser realizado pela **CONTRATADA** aos sábados, domingos e feriados, ou fora do horário de funcionamento do **SENAR-AR/MS**, e, necessários ao cumprimento do prazo estabelecido no **subitem 7.21.1**, deverá ser comunicado por escrito, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, contendo a listagem dos serviços que serão realizados e a relação dos profissionais escalonados, para que seja previamente avaliado e autorizado pela fiscalização do **SENAR-AR/MS**.

7.22. DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DO CONJUNTO DE OBRAS E SERVIÇOS

7.22.1. Deverá ser dada prioridade na conclusão das obras e serviços a serem executados pela **CONTRATADA**, para a entrega da área destinada ao almoxarifado, de modo a possibilitar o seu acesso, ocupação e funcionamento, para que não haja descontinuidade nas rotinas desta Regional.

7.22.2. O Cronograma Físico-Financeiro deve ser cumprido pela **CONTRATADA**, respeitando-se os prazos e termos estabelecidos naquele instrumento.

7.22.3. O Cronograma Físico-Financeiro somente poderá sofrer alterações mediante prévia autorização do **SENAR-AR/MS**. Caso haja necessidade de sua alteração, a **CONTRATADA**



deverá solicitar por escrito, com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos, contendo as razões e justificativas de seu pedido, bem como a proposta de repactuação de prazos para execução do conjunto de obras e serviços contratados.

7.22.3.1. O cronograma de repactuação apresentado pela **CONTRATADA** deverá ser analisado pela fiscalização do **SENAR-AR/MS** em até 5 (cinco) dias úteis contados do seu recebimento.

7.22.3.2. Uma vez autorizada pelo **SENAR-AR/MS**, as alterações no Cronograma Físico-Financeiro, serão formalizadas por meio de Termo Aditivo ao contrato.

7.23. DO RECEBIMENTO DO CONJUNTO DE OBRAS E SERVIÇOS

7.23.1. A entrega do conjunto de obras e serviços ocorrerá em duas fases, sendo uma, o “recebimento provisório” e a outra o “recebimento definitivo”:

7.23.1.1. Provisoriamente, após vistoria, que será realizada pela fiscalização do **SENAR-AR/MS**, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data em que a **CONTRATADA** comunicar por escrito a conclusão do conjunto de obras e serviços e, desde que a respectiva medição final tenha sido aprovada.

7.23.1.2. O recebimento provisório será caracterizado pela emissão do Termo de Recebimento Provisório, que ocorrerá após a lavratura de ata circunstanciada, devidamente assinada pelas partes, contendo o relato da vistoria realizada pela fiscalização do **SENAR-AR/MS** e a concordância em receber o objeto contratado provisoriamente.

7.23.1.3. O conjunto de obras e serviços que, a critério da fiscalização do **SENAR-AR/MS** não estejam em conformidade com as condições estabelecidas no Projeto e/ou com as normas técnicas aplicáveis, serão rejeitados e anotados no Termo de Recebimento Provisório, devendo a **CONTRATADA** tomar as providências para sanar as ocorrências relatadas, em prazo tecnicamente compatível a ser previamente definido entre as partes, sem que isso venha a se caracterizar como alteração contratual e sem prejuízo de eventual aplicação, pelo **SENAR-AR/MS**, das penalidades previstas em contrato.

7.23.1.4. A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, sem prejuízo do ajuizamento de medida judicial pelo **SENAR-AR/MS** e aplicação das penalidades previstas em contrato.

7.23.1.5. Definitivamente, pela fiscalização do **SENAR-AR/MS**, mediante a lavratura de ata circunstanciada, devidamente assinada pelas partes, em até 60 (sessenta) dias após a assinatura do Termo de Recebimento Provisório.

7.23.1.6. O recebimento definitivo será caracterizado pela emissão do Termo de Recebimento



Definitivo que será lavrado após a apresentação pela **CONTRATADA** dos seguintes documentos:

- a)** Carta de Habite-se (expedidas por todos os órgãos competentes) ou documentos equivalentes.
- b)** Certidão Negativa de Débitos relativos às contribuições Previdenciárias e as de Terceiros, exclusivamente sobre o CEI da Obra, com a finalidade de averbação de obra de construção Civil.
- c)** Certificado de regularidade de Situação perante o FGTS.
- d)** Cópia de Regularidade (Baixa) para com órgãos públicos (CREA, INSS, SEMURB, MTB, etc.).
- e)** CD-ROM contendo todos os projetos “as built” atualizados do empreendimento.
- f)** Cópias impressas de todos os projetos “as built”, assinados pelos respectivos responsáveis técnicos da CONTRATADA (incluindo os de projeto e execução de fundações e estrutura metálica do bloco destinado ao Almoxarifado) e com a assinatura de recebimento de cópias pela fiscalização, em duas vias.
- g)** Certificado de Garantias dos serviços de impermeabilização, de materiais utilizados e de equipamentos fornecidos.
- h)** Livro de ocorrências devidamente encerrado.

7.24. Caso a execução do objeto seja realizada através de nota fiscal da Matriz ou Filial cujo CNPJ seja diferente do constante na Proposta apresentada, esta deverá estar acompanhada das certidões de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal e Previdência Social (INSS), Fazenda Estadual e Municipal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho (CNDT – TST).

7.24.1. Somente poderá ocorrer a situação acima, caso não ocorra à alteração de Alíquota de ICMS ou qualquer outro custo que possa ser creditado ao **SENAR-AR/MS**.

7.25. Na execução do objeto deverão ser observadas, de modo geral, as Especificações, Posturas, Normas Técnicas, Leis e Regulamentos vigentes em todo o território nacional, bem como será necessário possuir e/ou observar, independente de exigência expressa neste instrumento ou seus anexos, as licenças, alvarás e/ou certificados necessários à fabricação, comercialização, distribuição, fornecimento e/ou prestação de serviços relacionados a qualquer dos materiais envolvidos no objeto licitado, incluindo, mas não se limitando, as expedidas pelos órgãos fiscalizadores, agências de regulação, institutos de metrologia, órgãos de controle ambiental.

7.26. É facultada a subcontratação parcial das obras e serviços contratados, condicionadas, obrigatoriamente, à autorização prévia e expressa do **SENAR-AR/MS** e à demonstração da qualificação técnica necessária aos serviços subcontratados.



7.26.1. É de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, fazendo cumprir as obrigações contratuais previstas e correspondentes ao objeto da subcontratação.

7.26.2. A **CONTRATADA** deve comunicar, por escrito e justificadamente, as ocorrências de caso fortuito ou força maior, impeditivas de execução do objeto contratado, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da data da ocorrência, sob pena de não poder alegá-los posteriormente.

7.27. É vedada a subcontratação com licitante que tenha participado do procedimento licitatório.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONJUNTO DE OBRAS E SERVIÇOS

8.1. Sem prejuízo da plena responsabilidade da **CONTRATADA** perante o **SENAR-AR/MS** ou a terceiros, todo o objeto contratado estará sujeito a mais ampla e irrestrita fiscalização do **SENAR-AR/MS**.

8.2. As ações da fiscalização serão exercidas no local de execução do conjunto de obras e serviços, em tempo integral, por profissional habilitado e devidamente designado pelo **SENAR-AR/MS**.

8.3. O **SENAR-AR/MS**, sem prejuízo das suas atribuições de fiscalização, poderá ainda designar outros profissionais para o controle qualitativo e quantitativo das obras e serviços, assim como, o acompanhamento e desenvolvimento da execução.

8.4. Compete a fiscalização do **SENAR-AR/MS**, o acompanhamento e controle da execução do conjunto de obras e serviços, as avaliações e medições, até sua conclusão, observadas todas as condições expressas neste Projeto Básico, no contrato e nos demais Anexos do Edital.

8.5. Caberá à **CONTRATADA** o fornecimento e manutenção do Livro de Ocorrências da Obra devidamente numerado e rubricado pela fiscalização do **SENAR-AR/MS**, que permanecerá disponível para escrituração no local de execução do objeto e terá as seguintes características:

a) Será único, com páginas numeradas tipograficamente previamente carbonadas, em 02 (duas) vias, sendo a primeira do **SENAR-AR/MS** e a segunda da **CONTRATADA**; e,

b) Todas as folhas do Livro de Ocorrências da Obra deverão ser assinadas por um representante da fiscalização do **SENAR-AR/MS** e pelo Responsável Técnico da **CONTRATADA**, regularmente no dia da referida data de entrada de dados, ou, no máximo, até 5 (cinco) dias após.

8.5.1. Serão obrigatoriamente registrados no Livro de Ocorrências da Obra, pela **CONTRATADA**:

a) Todas as ocorrências da obra, referentes a serviços e tarefas que ensejem destaque por impacto nas obras e serviços realizados ou com previsão de serem realizadas, tais como:



entradas e saídas de materiais, anormalidades, condições do tempo, não conformidades ou quaisquer fatos decorrentes de atividades e serviços sob a sua execução direta ou de terceiros, sujeitos ou não à sua ingerência.

b) Consultas e comunicações à fiscalização.

c) Contingente e qualificação dos profissionais e quadro técnico em atividade a cada dia ou período.

d) Datas de início e conclusão de etapas caracterizadas de serviços e de medições, de acordo com o cronograma aprovado.

e) Acidentes ou eventos de risco representativos ocorridos no decurso dos trabalhos.

f) Respostas às interpelações da fiscalização.

g) Eventual escassez de material que resulte em dificuldade para a obra ou serviço.

h) Outros fatos que, a juízo da **CONTRATADA**, devem ser objeto de registros.

8.5.2. Será ainda, objeto de registro no *Livro de Ocorrência da Obra* pela fiscalização do **SENAR-AR/MS**:

a) Observações cabíveis a propósito dos lançamentos da **CONTRATADA** no Livro de Ocorrências da Obra;

b) Observações sobre o andamento do conjunto de obras ou serviços, tendo em vista as especificações, prazos e cronograma;

c) Soluções às consultas, lançadas ou formuladas pela **CONTRATADA**, quando for o caso;

d) Restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da **CONTRATADA**, seus prepostos e sua equipe;

e) Determinação de providências para o cumprimento do objeto e especificações; e,

f) Outros fatos que, a juízo da fiscalização do **SENAR-AR/MS**, devem ser objeto de registros.

8.5.3. Toda a troca de informações e correspondências entre a **CONTRATADA** e o **SENAR-AR/MS**, bem como todas as instruções da fiscalização à **CONTRATADA**, devem ser realizadas por escrito, cabendo ainda, o seu registro no *Livro de Ocorrências da Obra*.

8.6. A ocorrência de obstáculos e imprevistos de qualquer natureza durante a execução do conjunto de obras e serviços obrigará a **CONTRATADA** a fazer comunicação por escrito e de imediato dos fatos, cabendo à fiscalização do **SENAR-AR/MS** se posicionar por meio de parecer técnico e encaminhar à autoridade competente para decisão.

8.7. A fiscalização do **SENAR-AR/MS**, constatando inoperância, desleixo, incapacidade, falta de exatidão ou ato desabonador, poderá determinar o afastamento do preposto ou de qualquer empregado/funcionário da **CONTRATADA**, bem como de subempreiteiras, de subcontratadas ou de prestadores de serviços externos.

8.7.1. Qualquer erro ou imperícia na execução, constatada pela fiscalização ou pela própria **CONTRATADA**, obriga esta última, à sua conta e risco, a proceder à imediata correção,



remoção e nova execução das partes impugnadas, mesmo que o erro resulte da insuficiência dos levantamentos e/ou projetos ou de fato anterior não registrado e alegado.

8.7.2. A inobservância ou desobediência às instruções e ordens da fiscalização importará na aplicação de sanções contratuais, relacionadas com o andamento do conjunto de obras e serviços, a que a **CONTRATADA** tenha dado causa, por ação ou omissão.

8.8. A fiscalização poderá, a qualquer tempo, determinar a paralisação das obras e serviços, no todo ou em parte, por razão relevante de ordem técnica, de segurança ou motivo de inobservância e/ou desobediência às suas ordens e instruções, cabendo à **CONTRATADA**, ressalvado o disposto neste Projeto Básico e no contrato, todos os ônus e encargos decorrentes da paralisação.

8.8.1. A determinação da paralisação, citada no item anterior, vigorará enquanto persistirem as razões da decisão, cabendo ao **SENAR-AR/MS** previamente justificar e formalizar a sua suspensão.

8.9. Caberá à fiscalização do **SENAR-AR/MS** todas as definições e orientações sobre casos não contemplados em projetos ou anexos desta licitação ou abordados de forma a gerar dúvidas sobre especificações, lançamentos e dimensionamentos, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto e recomendado para o objeto contratado.

8.10. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá a **CONTRATADA** da integral responsabilidade pela execução do objeto contratado.

CLÁUSULA NONA – DAS MEDIÇÕES E DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento, decorrente da execução do objeto será efetuado em parcelas conforme **medições realizadas ao término de cada mês de referência.**

9.1.1. A medição será efetuada pela unidade de medida correspondente (planilha orçamentária), apurando-se a área conforme as dimensões indicadas no projeto e descontando-se integralmente todos os vãos, áreas de vazios ou de elementos estruturais que interfiram nas alvenarias.

9.2. Ao final de cada mês da execução contratual, conforme previsto no cronograma físico-financeiro, a **CONTRATADA** apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

9.3. Se a **CONTRATADA** vier a adiantar a execução dos serviços, em relação à previsão original constante no Cronograma Físico-Financeiro, poderá apresentar a medição prévia correspondente, ficando a cargo do **SENAR-AR/MS** aprovar a quitação antecipada do valor respectivo, desde que não fique constatado atraso na execução dos serviços entendidos como críticos.



9.4. No caso de etapas não concluídas, sem prejuízo das penalidades cabíveis, serão pagos apenas os serviços efetivamente executados, devendo a **CONTRATADA** regularizar o cronograma na etapa subsequente.

9.5. Juntamente com a primeira medição de serviços, a **CONTRATADA** deverá apresentar comprovação de matrícula da obra junto à Previdência Social.

9.6. O **SENAR-AR/MS** terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pela **CONTRATADA**, bem como para avaliar a conformidade dos serviços executados, inclusive quanto à obrigação de utilização de produtos e subprodutos florestais de comprovada procedência legal.

9.6.1. A aprovação da medição prévia apresentada pela **CONTRATADA** não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

9.6.2. Após a aprovação, a **CONTRATADA** emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor da medição definitivamente aprovada, acompanhada da planilha de medição de serviços e de memória de cálculo detalhada.

9.7. A nota fiscal/fatura, para liquidação e pagamento da despesa deverá estar obrigatoriamente atestada pelo **SENAR-AR/MS**, acompanhada das certidões de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal e Previdência Social (INSS), Fazenda Estadual e Municipal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho (CNDT – TST), bem como do respectivo **Aceite da Fiscalização**, ficando seu pagamento condicionado a verificação da regularidade fiscal da **CONTRATADA**.

9.7.1. O pagamento ficará condicionado ao cumprimento o **item 6.1.9.** caso haja o descumprimento das obrigações o SENAR-AR/MS comunicará o fato a **CONTRATADA** e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada

9.8. Na própria Nota Fiscal deverá constar o número da conta bancária de natureza jurídica, agência e banco a ser efetuado o pagamento.

9.9. O pagamento, decorrente da execução do objeto será efetuado, por meio de crédito em conta bancária após a apresentação da nota fiscal, respeitando o Cronograma de Pagamentos do **SENAR-AR/MS** onde:

a) Os pagamentos serão efetuados nos dias 15 e 30 de cada mês, mediante crédito em conta bancária de sua titularidade, sendo programados para o primeiro dia útil subsequente caso recaiam sobre feriado, final de semana ou data em que não haja expediente no **SENAR-AR/MS**.



b) As notas fiscais/faturas recebidas e aceitas entre os dias 21 e o dia 05 do mês seguinte terão seus pagamentos executados no dia 15 mais próximo.

c) As notas fiscais/faturas recebidas e aceitas entre os dias 06 e 20 de cada mês terão seus pagamentos executados no dia 30 mais próximo.

9.9.1. A liquidação financeira ficará condicionada à entrega e aceitação do objeto desta licitação, bem como o envio da respectiva nota fiscal/fatura para o e-mail notafiscal@senarms.org.br.

9.9.2. Os documentos fiscais encaminhados em data que não houver expediente no **SENAR-AR/MS**, serão considerados como recebidos no primeiro dia útil subsequente.

9.9.3. As notas fiscais/faturas deverão ser encaminhadas para o e-mail notafiscal@senarms.org.br no ato de sua emissão, a fim de evitar transtornos caso seja necessário o seu cancelamento.

9.9.4. Não produzirão efeitos, notas fiscais/faturas endereçadas a e-mail que não seja aquele previsto no **subitem 9.9.3**, nem documentos fiscais cujo envio não tenha sido autorizado pelo **SENAR-AR/MS**.

9.10. As Notas Fiscais não aprovadas pelo **SENAR-AR/MS** serão devolvidas a **CONTRATADA**, para as devidas correções, acompanhadas dos motivos de sua rejeição, renovando-se o prazo para pagamento estabelecido no **subitem 9.9** deste instrumento a partir da sua reapresentação, sem qualquer tipo de correção de seu valor.

9.11. Caso a execução do objeto seja realizada através de nota fiscal da Matriz ou Filial cujo CNPJ seja diferente do constante na Proposta apresentada, esta deverá estar acompanhada das certidões de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal e Previdência Social (INSS), Fazenda Estadual e Municipal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho (CNDT – TST).

9.12. Somente poderá ocorrer a situação acima, caso não ocorra à alteração de Alíquota de ICMS ou qualquer outro custo que possa ser creditado ao **SENAR-AR/MS**.

9.13. Para a liberação do pagamento da 1ª (primeira) medição, a **CONTRATADA**, por sua única e inteira responsabilidade, deverá apresentar ainda, os seguintes documentos:

a) Cópia da Anotação da Responsabilidade Técnica (ART) no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), com referência explícita de execução da obra global, com materiais e mão-de-obra (incluindo projeto e execução de fundações e estruturas metálicas de edificação destinado ao Almoxarifado), em 02 (duas) vias.

b) Cópia da matrícula CEI (Cadastro Específico do INSS) da obra, em 02 (duas) vias.

c) Cópia do alvará de construção válido, expedido pela Secretária Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (SEMURB), em 02 (duas) vias.



9.14. Para a liberação do pagamento das demais medições será exigida da **CONTRATADA** a apresentação dos seguintes documentos:

a) Cópia da folha de pagamento dos funcionários da empresa diretamente envolvida no serviço, referente ao mês imediatamente anterior, constando os seguintes dados: endereço, CNPJ, inscrição municipal, código de atividade, apresentado em papel timbrado, em 02 (duas) vias.

b) Cópia da Guia de Previdência Social (GPS), de acordo com a Folha de Pagamento, constando o número do (CMA), em 02 (duas) vias.

c) Cópia da Guia de recolhimento do FGTS e Informações a Previdência Social (GFIP), de acordo com a Folha de Pagamentos, em 02 (duas) vias.

d) Cópia do último CAGED, em 02 (duas) vias.

9.15. Para a liberação do pagamento da medição final, a **CONTRATADA** deverá apresentar o Termo de Recebimento Definitivo, emitido pela fiscalização do **SENAR-AR/MS**.

9.15.1. Somente após recebimento definitivo deverá ser providenciado o pagamento do saldo existente em relação ao valor contratual e liberada a garantia.

9.16. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos pertinentes aos serviços prestados não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao **SENAR-AR/MS**, nem pode onerar o objeto contratado.

CLÁUSULA DECIMA- DO SEGURO

10.1. A **CONTRATADA** deverá apresentar ao **SENAR-AR/MS**, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato, seguro de riscos de engenharia com validade para todo o período de execução do conjunto de obras e serviços, o qual deverá cobrir eventuais prejuízos de origem súbita e imprevista por qualquer causa, inclusive as avarias causadas por erros de projetos, desentulho, despesas extraordinárias e tumultos, greve e lock-out.

10.1.1. Em caso de sinistros não cobertos pelo seguro contratado, a **CONTRATADA** responderá pelos danos e prejuízos que eventualmente causar a propriedade ou posse de terceiros, em decorrência da execução do conjunto de obras e serviços.

10.2. A **CONTRATADA** deverá, ainda, na forma da lei, fazer e apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato, seguro coletivo contra acidentes pessoais e de responsabilidade civil cruzada, com validade para todo o período de execução do conjunto de obras e serviços, correndo a sua conta as despesas não cobertas pela respectiva apólice, sem prejuízo do seguro obrigatório contra acidentes de trabalho previstos na Constituição Federal de 1988.



10.3. Em caso de sinistros não cobertos pelo seguro contratado, a **CONTRATADA** responderá pelos danos e prejuízos que eventualmente causar a propriedade ou posse de terceiros, em decorrência da execução do conjunto de obras e serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONJUNTO DE OBRAS E SERVIÇOS

11.1. Sem prejuízo da plena responsabilidade da **CONTRATADA** perante o **SENAR-AR/MS** ou a terceiros, todo o objeto contratado estará sujeito a mais ampla e irrestrita fiscalização do **SENAR-AR/MS**.

11.2. As ações da fiscalização serão exercidas no local de execução do conjunto de obras e serviços, em tempo integral, por profissional habilitado e devidamente designado pelo **SENAR-AR/MS**.

11.3. O **SENAR-AR/MS**, sem prejuízo das suas atribuições de fiscalização, poderá ainda designar outros profissionais para o controle qualitativo e quantitativo das obras e serviços, assim como, o acompanhamento e desenvolvimento da execução.

11.4. Compete a fiscalização do **SENAR-AR/MS**, o acompanhamento e controle da execução do conjunto de obras e serviços, as avaliações e medições, até sua conclusão, observadas todas as condições expressas neste Projeto Básico, no contrato e nos demais Anexos do Edital.

11.5. Caberá à **CONTRATADA** o fornecimento e manutenção do Livro de Ocorrências da Obra devidamente numerado e rubricado pela fiscalização do **SENAR-AR/MS**, que permanecerá disponível para escrituração no local de execução do objeto e terá as seguintes características:

a) Será único, com páginas numeradas tipograficamente previamente carbonadas, em 02 (duas) vias, sendo a primeira do **SENAR-AR/MS** e a segunda da **CONTRATADA**; e,

b) Todas as folhas do Livro de Ocorrências da Obra deverão ser assinadas por um representante da fiscalização do **SENAR-AR/MS** e pelo Responsável Técnico da **CONTRATADA**, regularmente no dia da referida data de entrada de dados, ou, no máximo, até 5 (cinco) dias após.

11.5.1. Serão obrigatoriamente registrados no Livro de Ocorrências da Obra, pela **CONTRATADA**:

a) Todas as ocorrências da obra, referentes a serviços e tarefas que ensejem destaque por impacto nas obras e serviços realizados ou com previsão de serem realizadas, tais como: entradas e saídas de materiais, anormalidades, condições do tempo, não conformidades ou quaisquer fatos decorrentes de atividades e serviços sob a sua execução direta ou de terceiros, sujeitos ou não à sua ingerência.

b) Consultas e comunicações à fiscalização.



- c) Contingente e qualificação dos profissionais e quadro técnico em atividade a cada dia ou período.
- d) Datas de início e conclusão de etapas caracterizadas de serviços e de medições, de acordo com o cronograma aprovado.
- e) Acidentes ou eventos de risco representativos ocorridos no decurso dos trabalhos.
- f) Respostas às interpelações da fiscalização.
- g) Eventual escassez de material que resulte em dificuldade para a obra ou serviço.
- h) Outros fatos que, a juízo da **CONTRATADA**, devem ser objeto de registros.

11.5.2. Será ainda, objeto de registro no *Livro de Ocorrência da Obra* pela fiscalização do **SENAR-AR/MS**:

- a) Observações cabíveis a propósito dos lançamentos da **CONTRATADA** no Livro de Ocorrências da Obra;
- b) Observações sobre o andamento do conjunto de obras ou serviços, tendo em vista as especificações, prazos e cronograma;
- c) Soluções às consultas, lançadas ou formuladas pela **CONTRATADA**, quando for o caso;
- d) Restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da **CONTRATADA**, seus prepostos e sua equipe;
- e) Determinação de providências para o cumprimento do objeto e especificações; e,
- f) Outros fatos que, a juízo da fiscalização do **SENAR-AR/MS**, devem ser objeto de registros.

11.5.3. Toda a troca de informações e correspondências entre a **CONTRATADA** e o **SENAR-AR/MS**, bem como todas as instruções da fiscalização à **CONTRATADA**, devem ser realizadas por escrito, cabendo ainda, o seu registro no *Livro de Ocorrências da Obra*.

11.6. A ocorrência de obstáculos e imprevistos de qualquer natureza durante a execução do conjunto de obras e serviços obrigará a **CONTRATADA** a fazer comunicação por escrito e de imediato dos fatos, cabendo à fiscalização do **SENAR-AR/MS** se posicionar por meio de parecer técnico e encaminhar à autoridade competente para decisão.

11.7. A fiscalização do **SENAR-AR/MS**, constatando inoperância, desleixo, incapacidade, falta de exatidão ou ato desabonador, poderá determinar o afastamento do preposto ou de qualquer empregado/funcionário da **CONTRATADA**, bem como de subempreiteiras, de subcontratadas ou de prestadores de serviços externos.

11.7.1. Qualquer erro ou imperícia na execução, constatada pela fiscalização ou pela própria **CONTRATADA**, obriga esta última, à sua conta e risco, a proceder à imediata correção, remoção e nova execução das partes impugnadas, mesmo que o erro resulte da insuficiência dos levantamentos e/ou projetos ou de fato anterior não registrado e alegado.

11.7.2. A inobservância ou desobediência às instruções e ordens da fiscalização importará na



aplicação de sanções contratuais, relacionadas com o andamento do conjunto de obras e serviços, a que a **CONTRATADA** tenha dado causa, por ação ou omissão.

11.8. A fiscalização poderá, a qualquer tempo, determinar a paralisação das obras e serviços, no todo ou em parte, por razão relevante de ordem técnica, de segurança ou motivo de inobservância e/ou desobediência às suas ordens e instruções, cabendo à **CONTRATADA**, ressalvado o disposto neste Projeto Básico e no contrato, todos os ônus e encargos decorrentes da paralisação.

11.8.1. A determinação da paralisação, citada no item anterior, vigorará enquanto persistirem as razões da decisão, cabendo ao **SENAR-AR/MS** previamente justificar e formalizar a sua suspensão.

11.9. Caberá à fiscalização do **SENAR-AR/MS** todas as definições e orientações sobre casos não contemplados em projetos ou anexos desta licitação ou abordados de forma a gerar dúvidas sobre especificações, lançamentos e dimensionamentos, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto e recomendado para o objeto contratado.

11.10. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá a **CONTRATADA** da integral responsabilidade pela execução do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA INEXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES FIRMADAS PELA CONTRATADA

12.1. A inexecução, total ou parcial, injustificada ou a execução deficiente, irregular ou inadequada do objeto desta licitação, assim como o descumprimento dos prazos e das condições estipuladas neste instrumento e no contrato poderá, garantida a prévia defesa da **CONTRATADA**, ensejar a rescisão do contrato nas hipóteses previstas no **subitem 19.1.1** do Edital, cabendo ao **SENAR-AR/MS** aplicar as seguintes penalidades:

12.1.1. ADVERTÊNCIA, nas hipóteses de falha na prestação do serviço ou em desconformidade com as especificações técnicas contidas no Edital e seus Anexos.

12.1.2. MULTA MORATÓRIA, correspondente a:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, para cada dia de atraso, até a efetiva entrega do serviço, devidamente aceito pela fiscalização do **SENAR-AR/MS**, quando ocorrer o atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos para a execução do objeto.

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor previsto para os serviços não executados no período.

12.1.3. MULTA PENAL, correspondente a:

a) de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato, caso haja inexecução parcial do objeto.



b) de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato nos casos de inexecução total do objeto.

12.2. Será configurada a inexecução parcial do objeto, quando:

12.2.1. A **CONTRATADA** executar até o final do 4º (quarto) mês do prazo de execução do objeto, menos de 40% (quarenta por cento) do previsto no Cronograma Físico-Financeiro por ela apresentado e aprovado pelo **SENAR-AR/MS**.

12.2.2. A **CONTRATADA** executar até o final do 5º (quinto) mês do prazo de execução do objeto, menos de 60% (sessenta por cento) do previsto no Cronograma Físico-Financeiro por ela apresentado e aprovado pelo **SENAR-AR/MS**.

12.2.3. A **CONTRATADA** executar até o final do prazo de execução de conclusão do conjunto de obras e serviços menos de 80% (oitenta por cento) do total do contrato.

12.2.4. Houver atraso injustificado por mais de 60 (sessenta) dias após o término do prazo fixado para a conclusão do conjunto de obras e serviços.

12.3. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para o início dos serviços por mais de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato.

12.4. **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA** de participação em licitação e impedimento de contratar com o **SENAR-AR/MS** pelo **prazo de 02 (dois) anos**.

12.5. Em caso de **REINCIDÊNCIA** da **CONTRATADA** em qualquer das hipóteses de inexecução, poderá ser rescindido contrato unilateralmente, no que tange aos itens que lhes tenham sido adjudicados, cumuladas as penalidades previstas, garantida a defesa prévia.

12.6. As penalidades de multa poderão ser aplicadas cumulativamente entre si e com as outras penalidades previstas neste item, assim como com a penalidade de rescisão unilateral do CONTRATO.

12.7. Após decisão definitiva aplicando a penalidade de multa, o **SENAR-AR/MS** poderá descontá-la dos pagamentos eventualmente devidos a **CONTRATADA** ou cobrar judicialmente a diferença verificada, o que fica desde já expressamente autorizado pela **CONTRATADA**.

12.8. Acaso os prejuízos decorrentes do inadimplemento por parte da **CONTRATADA** superem o valor das penalidades impostas, o **SENAR-AR/MS** se reserva o direito de cobrar judicialmente a diferença verificada e/ou descontar da garantia contratual.

12.8.1. Caso o valor da garantia seja utilizado, no todo ou em parte, para o pagamento de multas aplicadas, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias, contados da solicitação escrita do **SENAR-AR/MS**.

12.9. O inadimplemento injustificado por prazo superior a 30 (trinta) dias dará ao **SENAR-AR/MS** o direito de rescindir unilateralmente o contrato, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas.



12.10. Além de qualquer outro descumprimento de cláusula contratual, constituem causas de rescisão, a qualquer tempo, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que a **CONTRATADA** tenha direito a indenização, a qualquer título:

12.10.1. Ceder ou transferir, no todo ou em parte, ou subcontratar os serviços que constituem objeto desta licitação, sem prévia autorização formal do **SENAR-AR/MS**.

12.10.2. Ocorrer reincidência, por parte da **CONTRATADA**, em infração contratual que implique na aplicação de multa.

12.10.3. Ocorrer a decretação de falência ou recuperação judicial da **CONTRATADA**.

12.11. A **CONTRATADA** deve comunicar, por escrito e justificadamente, as ocorrências de caso fortuito ou força maior, impeditivas da execução do objeto contratado, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da data da ocorrência, sob pena de não poder alegá-los posteriormente.

12.12. Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão do contrato, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pelo **SENAR-AR/MS** e comprovadamente realizadas pela **CONTRATADA**.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1. O presente CONTRATO poderá ser rescindido unilateralmente pelo **SENAR-AR/MS**, por quaisquer dos motivos previstos nos artigos 31 e 32 do RLC do SENAR.

13.1.1. A rescisão, por quaisquer dos motivos previstos nos dispositivos do diploma legal anterior, não dará à **CONTRATADA** direito à indenização a qualquer título, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, salvo ressarcimento de despesas autorizadas pelo **SENAR-AR/MS** e comprovadamente realizadas pela **CONTRATADA**.

13.1.2. A rescisão acarretará independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte do **SENAR-AR/MS**, a retenção dos créditos decorrentes deste CONTRATO, limitada ao valor dos prejuízos causados, até a completa indenização dos danos, o que fica, desde já, expressamente autorizado pela **CONTRATADA**.

13.2. Na rescisão do contrato será assegurado o exercício do contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a **CONTRATADA** terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a **CONTRATANTE** adotar, desde que motivadamente, providências acauteladoras.

13.3. O presente CONTRATO poderá ainda ser rescindido amigavelmente, desde que verificada a conveniência e oportunidade por parte do **SENAR-AR/MS** e seja expressamente consentido por ambas as partes.

13.4. Em caso de cisão, incorporação ou fusão da **CONTRATADA** com outras empresas, caberá ao **SENAR-AR/MS** decidir expressamente pela continuidade do presente CONTRATO.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA NOVAÇÃO

14.1. A não utilização, por qualquer das partes, dos direitos assegurados a elas, neste CONTRATO e na legislação em geral, e a não aplicação de quaisquer sanções neles previstas não importam em novação a seus termos; não devendo, portanto, ser interpretadas como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras, e todos os recursos postos à disposição do **SENAR-AR/MS** serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da Comarca de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir todas as questões oriundas do presente CONTRATO, sendo esta competente para a propositura de qualquer medida judicial, decorrente deste instrumento contratual, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente CONTRATO em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Grande/MS, xx de xxxxxxxx de 2018.

LUCAS GALVAN
SENAR-AR/MS

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF: